

ARTIGO

A produção acadêmica sobre gestão ambiental municipal no Brasil

Academic production on municipal environmental management in Brazil

Producción académica sobre gestión ambiental municipal en Brasil

Veronica Soares Fernandes¹.

DOI: <https://10.52719/bjas.v6i1.6529>

Resumo

A descentralização da gestão, após a Constituição Federal/1988, trouxe inúmeros desafios para a estruturação, a organização e o funcionamento dos setores, entre eles, o ambiental, com suas especificidades e desafios, por impactar local e regionalmente. Desequilíbrios sociais e ambientais se reproduzem em paralelo aos avanços tecnológicos, produtivos e econômicos, exigindo uma melhor preparação das equipes e de seu planejamento. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre gestão ambiental municipal, buscando identificar caminhos de análise, referenciais teóricos atuais e os principais achados de pesquisas realizadas nos últimos vinte anos. Partindo do BDTD, o artigo segue a seguinte organização. Inicia com um debate sobre a descentralização da gestão ambiental e os desafios impostos na atualidade. Segue com a metodologia utilizada na pesquisa e na análise da produção acadêmica relacionada ao objeto de estudo que é a gestão ambiental de municípios de pequeno e médio porte. Como considerações, as pesquisas apontam muitos desafios para a gestão ambiental municipal, como o aperfeiçoamento do planejamento a longo prazo, a participação e transparência no processo de gestão e de tomada de decisões, os riscos de uma descentralização sem as condições objetivas necessárias, a importância do uso de indicadores no monitoramento das ações e dos resultados efetivos da gestão de políticas e a necessidade do efetivo compromisso dos gestores municipais.

Palavras-chave: Descentralização. Teses e dissertações. Organização da gestão.

Abstract

The decentralization of management after the Federal Constitution/1988 brought numerous challenges to the structuring, organization and functioning of the sectors, among them the environmental one, with its specificities and challenges, due to its local and regional impact. Social and environmental imbalances reproduce in parallel with technological, productive and

¹Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: veronicafundaj@gmail.com.

economic advances, requiring better preparation of teams and their planning. This research aims to analyze the academic production on municipal environmental management, seeking to identify paths of analysis, current theoretical references and the main findings of research carried out in the last twenty years. Starting from BDTD, the article follows the following organization. It begins with a debate on the decentralization of environmental management and the challenges imposed today. It follows with the methodology used in the research and analysis of academic production related to the object of study, which is the environmental management of small and medium-sized municipalities. As considerations, research points to many challenges for municipal environmental management, such as the improvement of long-term planning, participation and transparency in the management and decision-making process, the risks of decentralization without the necessary objective conditions, the importance the use of indicators to monitor the actions and effective results of policy management and the need for effective commitment from municipal managers.

Keywords: Decentralization. Theses and dissertations. Management organization.

Resumen

La descentralización de la gestión, después de la Constitución Federal/1988, trajo numerosos desafíos para la estructuración, organización y funcionamiento de los sectores, incluido el sector ambiental, con sus especificidades y desafíos, ya que impacta a nivel local y regional. Los desequilibrios sociales y ambientales se reproducen en paralelo a los avances tecnológicos, productivos y económicos, lo que exige una mejor preparación de los equipos y su planificación. Esta investigación tiene como objetivo analizar la producción académica sobre Gestión ambiental municipal, buscando identificar caminos de análisis, marcos teóricos actuales y los principales hallazgos de investigaciones realizadas en los últimos veinte años. A partir de BDTD, el artículo sigue la siguiente organización. Comienza con un debate sobre la descentralización de la gestión ambiental y los desafíos que se imponen en la actualidad. Se continúa con la metodología utilizada en la investigación y en el análisis de la producción académica relacionada con el objeto de estudio, que es la gestión ambiental de pequeños y medianos municipios. Como consideraciones, la investigación señala muchos desafíos para la gestión ambiental municipal, como la mejora de la planificación a largo plazo, la participación y transparencia en el proceso de gestión y toma de decisiones, los riesgos de la descentralización sin las condiciones objetivas necesarias, la importancia del uso de indicadores en el seguimiento de las acciones y resultados efectivos de la gestión de políticas, y la necesidad de un compromiso efectivo de los gestores municipales.

Palabras-clave: Descentralización. Tesis y disertaciones. Organización de la gestión.

Introdução

Com a Constituição Federal (1988) ampliou-se a descentralização de áreas, antes de responsabilidade do Estado e da União. Essa mudança trouxe para os municípios muitas

responsabilidades, que exigiram sua reorganização interna, sua mudança de postura diante de desafios atuais. Municípios assumiram a responsabilidade pela proposição, implementação e monitoramento de políticas.

A origem dos problemas ambientais, em boa parte, tem origem no local, no município, mas com impacto em municípios vizinhos e em outros Estados. No entanto, as ferramentas para lidar com esses problemas, ainda são insipientes, mediante quadros reduzidos e, muitas vezes, pouco qualificados para os desafios ambientais, infraestrutura limitada e escassez de recursos para lidar com demandas históricas. Percebe-se, portanto, que um grande desafio para a gestão municipal, independente da agenda política, é dialogar com outros municípios circunvizinhos quando um problema ultrapassa seus limites territoriais. Isso comumente acontece não apenas no campo ambiental, mas também no transporte público, na segurança e infraestrutura, por exemplo, quando envolve as cercanias das cidades.

A gestão ambiental municipal precisa ser mensurada, avaliada, em função das consequências e efeitos produzidos por decisões nessa área, a curto, médio e longo prazos, para a região e para o planeta. Indicadores têm sido criados e utilizados para isso, dando suporte à gestão e orientando a tomada de decisões fundamentais à priorização de ações, em um cenário de escassez de investimentos. Existe uma lógica na natureza, mas a influência do ser humano sobre esse meio tem transformado os desafios do acompanhamento.

Os princípios da sustentabilidade são fundantes para um planejamento ambiental coerente com as necessidades do contexto. Muitos desses princípios estão contidos na Política Nacional e Municipal de Meio Ambiente, regulando a organização da secretaria ou o órgão competente, o licenciamento, a fiscalização, o funcionamento do Conselho de Meio Ambiente, o financiamento ambiental e demais estruturas necessárias. Conhecer, compartilhar regras definidas são essenciais para que a população se comprometa com a efetividade dessa política.

Nesse sentido, Milani (2008) reforça que a participação social na formulação de políticas públicas deve ser observada em três níveis: (1) monitoramento da qualidade de serviços, com melhores resultados e maior eficiência de gastos; (2) definição de prioridades; (3) conscientização política da sociedade para a importância das políticas públicas.

Sobre os desafios, considerando os avanços tecnológicos, produtivos, o desenvolvimento econômico e a produção de desequilíbrios sociais e ambientais, Kliksberg (2000) traz alguns questionamentos. O primeiro é como reduzir a distância entre quem ganha e quem perde com esse mundo globalizado: os que comem e os que passam fome, os incluídos e os excluídos, os que tem acesso à saúde e os que não tem, os que tem acesso a tecnologias e os

que a desconhecem, os que estão vulneráveis em seus contextos e os que não têm essa vulnerabilidade. Compreende o autor que essa condição de desigualdade tem forte impacto na sustentabilidade do planeta. Em segundo, seria aprender com a experiência do Estado no campo social, o que implica na capacidade do serviço público atender a todos, ter uma institucionalidade social forte e eficiente e um sistema de informações que subsidie o desenho e o monitoramento de políticas sociais e a gestão dos programas sociais sejam compartilhadas entre instituições, e conte com a participação efetiva da população, de forma a manter a transparência sobre todos os processos.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre gestão ambiental municipal, buscando identificar caminhos de análise, referenciais teóricos atuais e os principais achados de pesquisas realizadas nos últimos vinte anos.

Esse artigo está organizado na seguinte lógica: inicialmente faremos um debate sobre a descentralização da gestão ambiental e os desafios impostos na atualidade; segue com a metodologia utilizada na pesquisa e na análise da produção acadêmica relacionada ao objeto de estudo que é a gestão ambiental de municípios de pequeno e médio porte.

Descentralização da gestão municipal ambiental

É possível anteciparmos que, mesmo após trinta e cinco anos de CF/1988, os desafios na organização e estruturação de equipes que deem conta das responsabilidades ambientais ainda são inúmeros, para lidar com questões como os resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuidado com todos os seres vivos (fauna, flora, etc).

Entre as vantagens e desvantagens da descentralização, segundo Kliksberg (2000), está a proximidade com os cidadãos, como uma forma de renovação organizacional do Estado tradicional de múltiplas virtudes. A possibilidade de estar frente a frente com as situações, entretanto, é necessário que o poder central assegure condições de igual atenção. As condições democratizantes são essenciais para que haja a superação dos problemas e não, o aumento destes. Segundo o autor, é necessário monitorar os riscos já identificados da descentralização.

Muitos desses riscos ocorrem em função da fragilidade institucional das estruturas de gestão existentes e limitação de recursos disponíveis. Sem Conselhos Municipais de Meio Ambiente, por exemplo, não há fundo ambiental municipal. Sem uma equipe de pessoal preparada, a captação de recursos para programas e projetos fica comprometida, e quando conseguem os recursos e não prestam contas da forma adequada, terminam por ficar

inadimplentes e não mais conseguirem recursos. Um ciclo que se repete. A descentralização nem sempre é sinônimo de autonomia. Para Buarque (2002)

[...] descentralização é concebida como a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão às unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança na escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (p.42).

Segundo o autor, existe diferença entre desconcentração e descentralização. O primeiro representa “a transferência de autonomia e efetivo poder decisório entre instâncias, independentemente de esta se dar dentro da mesma instituição”. Já a “desconcentração representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória” (Buarque, 2002, p. 43)

Entretanto, para o processo de descentralização se efetivar, Scardua e Bursztyn (2003) explicam que a parceria pode ser tratada como um desmembramento necessário, além de:

[...] contar com a solidariedade e a participação social, que passa necessariamente pelo entendimento da questão da subsidiariedade, que constitui um dos três princípios básicos que norteiam o sistema federativo, juntamente com o da autonomia e o da interdependência (p. 294).

A participação social é fundamental no processo democrático, exigindo da gestão, um olhar atento sobre os interesses e interessados no processo como um todo. A participação na gestão das políticas públicas foi sendo modificada no Brasil, a partir do contexto político. Podemos agrupar períodos históricos de mais avanços na participação e de mais restrição. Os que avançaram mais na participação foram os períodos de regime democrático respaldado pelo fortalecimento da organização representativa partidária (1945-1964; após 1985 com a abertura política). Nos períodos em que houve mais restrições a participação, existia um controle da máquina estatal por grupos (1889-1990) com a oligarquia rural; 1930-1945 com o poder centrado na figura do presidente; 1964-1985 com o poder nas mãos de militares, técnicos burocratas e da burguesia industrial (Ferreira, 1995). No período de 2016-2022, houve uma redução nos espaços de participação social, principalmente dos segmentos populares, movimentos sociais e setores que dão visibilidade às exclusões sociais e ao desrespeito ao meio ambiente.

Nesse aspecto, para Rocha (2009), a década de 1980, em especial, é caracterizada pelas mudanças sociais, políticas e institucionais no Brasil, resultado de intensas tensões pela democratização da gestão pública nacional. Nesse contexto, movimentos sociais e organizações da sociedade civil envidaram esforços para ampliar a participação democrática e representativa na gestão pública, interferindo em processos decisórios e no controle e destinação de recursos públicos:

Com a abertura política brasileira, ocorrida nos anos de 1980, que inicia o processo de ruptura com o poder autoritário e centralizado do regime militar (vigente até então), intensifica-se esse ideário participacionista, em que os mais diversos setores organizados da sociedade buscavam construir formas e encontrar instrumentos capazes de influenciar as administrações públicas no país (p.43).

No que tange à centralização da gestão pública, Draibe (1992) e Diniz (1996) expõem que, até o início dos anos 1980, havia uma centralização decisória e financeira na esfera federal, enquanto que estados e municípios eram meramente executores de políticas públicas. Isso ocasionou uma política clientelista caracterizada por uma troca de favores vertical, com os poderes locais dialogando diretamente com o federal para o favorecimento de determinados públicos. Nesse contexto, além do clientelismo, estavam presentes o corporativismo e o burocratismo que lentificavam a máquina pública e desviavam a sua real finalidade de existir. O foco estava muito mais para os controles deficitários, em detrimento da eficiência e eficácia da gestão governamental.

No que diz respeito a gestão municipal Llorens (2001) afirma que esta “deve facilitar igualmente a cooperação é suficiente entre os diferentes níveis das adaptações públicas, tanto horizontalmente”, no próprio município, como verticalmente, “entre os distintos entre administrativos que constituem a administração territorial do Estado (p. 195).

Para Kliksberg (2000), a descentralização de funções, responsabilidades e recursos é uma forma de renovação organizacional do Estado, além de contribuir com um maior cuidado com a população, a partir da atuação em uma realidade concreta, a nível local. Decisões estas que são cotidianas e que facilitam a participação e o controle social.

No que se refere a experiência internacional, alguns riscos precisam ser observados, em função da assimetria entre os municípios. Há necessidade de medidas de reequilíbrio regional nos processos de transferência de recursos, de forma a assegurar equidade. Além disso, faz-se necessário observar os níveis de polarização social dos Estados e municípios, o controle exercido por grupos e oligarquias locais, de forma a não comprometer o processo democrático.

Como complemento, a importância de desenvolver/construir uma institucionalidade social local, de forma a preparar equipes e gestores para gerenciar programas e projetos (Kliksberg, 2000).

Material e métodos

Essa pesquisa foi construída a partir de um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em que foram utilizadas as palavras-chave ‘gestão ambiental municipal’. Inicialmente foram identificados 100 trabalhos acadêmicos. Em seguida, foi realizado o primeiro filtro, fazendo a leitura dos resumos dos trabalhos acadêmicos para identificar uma aproximação com o campo de investigação da pesquisa: meio ambiente. Como resultado, o total de 100 trabalhos foi reduzido para 19. Numa segunda etapa, foi realizada uma leitura mais ampla envolvendo, além do resumo, a composição temática do sumário, a introdução com a problematização e a conclusão com os resultados do trabalho. Isso permitiu que chegássemos ao resultado de onze trabalhos, sendo nove dissertações (Quadro 1) e duas teses (Quadro 2) com relação mais próxima do foco de nossa pesquisa.

Quadro 1

Dissertações com relação direta com a temática estudada - gestão ambiental municipal

Código	Ano	Título	Autor	Instituição
D012009	2009	Indicadores de desempenho socioambiental – escutando a administração pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar	Angelo Luiz Buratto	UFSC
D022012	2012	Política de desenvolvimento municipal: análise dos instrumentos de planejamento urbano, na gestão do município de Belterra – Pará	Semírames Silva da Silva	UFPA
D032013	2013	A participação da sociedade na tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa	Dante José de Oliveira e Peixoto	USP
D042013	2013	Cenários como ferramenta na gestão ambiental municipal: um estudo de caso em Brotas – São Paulo	Ana Paula Maria Regra	USP
D052013	2013	Efetividade da política ambiental municipal: realidades no município do Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco	Gustavo Ribeiro da Silva Amorim	UFPE
D062013	2013	Gestão pública de municípios de pequeno porte: das políticas setoriais à ecogestão municipal	Enio Cesar Gonçalves Pimenta	UFOP

D072017	2017	Gestão ambiental urbana no poder público municipal de Aracaju: desafios e estratégias	Edson Oliveira da Silva	UFS
D082019	2019	Monitoramento da gestão ambiental municipal nas capitais do nordeste brasileiro	Carina Angélica dos Santos	UFS
D092021	2021	Indicadores ambientais aplicados à gestão municipal: uma aplicação do modelo Geo Cidades em Sumé – Paraíba	Tamires Campos de Macêdo de Sousa	UFCG

Fonte: Construída a partir das dissertações identificadas (2023).

Quadro 2

Teses com relação direta com a temática estudada - gestão ambiental municipal

Código	Ano	Título	Autor	Instituição
T012016	2016	A Descentralização e a gestão ambiental municipal no Estado do Pará, Brasil	Benedito Evandro Barros da Silva	UFPA
T022016	2016	Estudo exploratório sobre gestão ambiental municipal e a influência dos prefeitos no desempenho dos municípios no Programa Município Verde Azul, observados sob a ótica dos interlocutores e da teoria do agenciamento	Paulo Roberto de Paiva	USP

Fonte: Construída a partir das teses identificadas (2023).

No processo de análise, foi construída uma planilha com informações sistematizadas da pesquisa, contendo: título, autor/a, ano de publicação, local, área de conhecimento, link de acesso, escopo da pesquisa, metodologia utilizada na pesquisa e na análise, categorias trabalhadas, principais referências, objetivos, principais resultados e sugestões de estudos posteriores.

Nos resultados a seguir, buscamos sistematizar e analisar os principais achados, a partir do trabalho de pesquisa realizado.

Resultados e discussão

Quando pensamos a gestão ambiental municipal, uma categoria é vital na maioria dos trabalhos produzidos, a sustentabilidade. Sachs (*apud* Stroh, 2002) nos alerta que a sustentabilidade ambiental depende de outras sustentabilidades como a social: “[...] vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental” (Stroh, 2002, p. 71), a sustentabilidade cultural, a “distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades”, a sustentabilidade econômica necessária, mas não pré-requisito para as anteriores e a sustentabilidade política.

As abordagens metodológicas utilizadas nas dissertações e teses analisadas foram as mais diversas, com metade se utilizando de pesquisa empírica e quase todos utilizando abordagem quantitativa-qualitativa. Percebemos que os dados quantitativos utilizados normalmente para contextualizar a problemática eram corroborados ou refutados por entrevistas estruturadas e semiestruturadas com gestores e técnicos das esferas pública e privada. Esse confronto dava maior robustez às pesquisas, haja vista a necessidade de verificação da confiabilidade dos dados quantitativos em contextos municipais.

Nas análises documentais foram utilizados projetos de leis, leis, decretos, instrumentos de planejamento financeiro e ambiental, Plano Diretor e do Plano de Habitação de Interesse Social, Relatórios de Gestão entre outros. Dados como o MUNIC/IBGE, banco de dados do INPE foram usados. Nesse caso, adotando como critério a seleção de documentos, identificamos que os estudos selecionados transitam entre o executivo e o legislativo, onde os municípios tentam cumprir o seu aparato legal para as autorizações, monitoramento e efetividade de ações voltadas ao meio ambiente. Por outro lado, na maioria das vezes, as políticas públicas ambientais ainda estão sendo concebidas na esfera federal, tendo estados e municípios como instâncias de execução.

Dando continuidade, na construção de referenciais teóricos, houve a prevalência das pesquisas bibliográficas com o uso de livros, artigos, teses e dissertações. A literatura é predominantemente nacional, o que nos permite perceber que a produção acadêmica brasileira no campo do meio ambiente já possui robustez a ponto de alguns autores já se tornarem referências ao contemplar temas específicos aplicáveis à realidade brasileira.

Outras metodologias utilizadas foram: levantamento historiográfico crítico, pesquisa-ação participante, estudo de caso, modelos de análise como o Força Motriz – Pressão – Estado – Impacto – Resposta (FPEIR), a partir da metodologia Geo Cidades. Das estatísticas, identificamos o uso de: estatística descritiva, frequência; médias, *alfa de Cronbach*, *t de Student*, análise fatorial, correlação e multicolinearidade, regressão linear, regressão linear múltipla, o uso de índices: índice de desempenho da gestão ambiental municipal (iGAM).

Nas pesquisas empíricas, foram aplicados questionários, visitados ou realizadas oficinas com: interlocutores do programa analisado, técnicos municipais, administradores municipais ou pessoas designadas por estes, gestores, prefeitos e interlocutores. Parte desses questionários foi enviada por *email* ou sendo estruturada em plataformas como o *google forms* para a captação das informações.

Na análise dos principais autores utilizados nas produções, observa-se que há uma variação muito grande em função da área da pós-graduação, existindo poucas repetições de autores. Para facilitar a análise, agrupamos os trabalhos por área de estudo.

Três trabalhos foram produzidos na área de administração: *Indicadores ambientais aplicados à gestão municipal: uma aplicação do modelo geo cidades em Sumé-PB*, *Estudo exploratório sobre gestão ambiental municipal e a influência dos prefeitos no desempenho dos municípios no Programa Município Verde Azul, observados sob a ótica dos interlocutores e da teoria do agenciamento* e *Indicadores de desempenho socioambiental: escutando a administração pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar*.

Trabalho acadêmico D092021

No primeiro trabalho, Tamires Souza (2021) teve como objetivo analisar formas de contribuição para melhorias na gestão do município de Sumé-PB a partir da utilização de indicadores ambientais e chega à conclusão que a utilização de indicadores ambientais contribui para melhorias na gestão municipal de forma que sintetiza informações sobre a situação ambiental das localidades e subsidia os gestores públicos no processo de tomada de decisões.

O referido trabalho parte de uma importante premissa defendida por Philippi *et al.* (2012) de que o planejamento precário na gestão urbano-ambiental é um desafio que precisa ser urgentemente enfrentado. O apagão de dados na referida gestão – sem indicados precisos e expostos em séries históricas – impossibilita uma clareza na real dimensão e complexidade de problemas e nos resultados após adoção de ações preventivas e corretivas.

No município, as principais dificuldades enfrentadas são as formas de acesso a recursos hídricos, a perda de produtividade agrícola e a disposição inadequada de resíduos sólidos. Os problemas foram identificados na utilização de indicadores ambientais que foram selecionados a partir do Projeto Geo Cidades de forma que refletissem a realidade da localidade estudada. O referido projeto tem o objetivo de melhorar a compreensão da interação entre o meio ambiente e o desenvolvimento urbano, subsidiando atores que atuam no segmento com informações consistentes e confiáveis para o planejamento e gestão urbano-ambiental.

Trabalho acadêmico T022016

No segundo, Paulo Roberto Paiva (2016) objetivou efetuar estudo exploratório sobre gestão ambiental municipal e a influência dos prefeitos no desempenho dos municípios no Programa Município Verde Azul, observados sob a ótica dos interlocutores e da teoria do agenciamento e constatou que, nos municípios em que há estruturação e planejamento de longos prazos, a gestão do meio ambiente se dá de forma efetiva. Em relação aos gestores municipais, o que prevalece nos resultados é a partir do comprometimento destes com a gestão ambiental, expressa por sua vontade política e participação na elaboração, condução e acompanhamento.

Para chegar em tal conclusão, a tese apresenta uma série de análises com variáveis moderadoras e suas influências na gestão ambiental e na nota obtida pelos municípios no programa. Percebeu-se, portanto, que variáveis como o grau de escolaridade dos agentes, a arrecadação dos municípios, a área dos municípios e o IDHM Educação não interferem diretamente nem na gestão ambiental tampouco na nota obtida. Por outro lado, o desempenho do agente contratado pela população exerce uma relação direta na gestão ambiental, em especial “pela forma de perceber, assimilar, pensar estrategicamente e colocar em prática” (p.183) as ações da área.

Um capítulo relevante do estudo foi a constatação sobre a baixa participação dos cidadãos dos municípios pesquisados na gestão ambiental e a baixa integração existente entre as secretarias no que diz respeito à pauta ambiental.

Como fortes evidências podem ser observadas e elencadas: 1) sua participação quando da elaboração ou alterações do PPA, LDO e LOA, e a importância atribuída ao Meio Ambiente; 2) da forma e critérios empregados quando da escolha ou designação do gestor ambiental do município; 3) de seu grau de interação a respeito das ações ambientais postas em prática de maneira integrada entre as secretarias; 4) da importância atribuída ao conceito de educação ambiental em seu município, pois que é a base para a criação de novas gerações de indivíduos com alto grau de conscientização ambiental, como foi feito na Suécia na década de 80, bem como das demais diretivas do PMVA (p.183).

Nesse trabalho o autor se utilizou de diversos cálculos estatísticos em sua análise, fazendo uma articulação quali-quantitativa.

Trabalho acadêmico D012009

No terceiro, Angelo Luiz Buratto (2012) teve como foco identificar os principais aspectos a serem medidos e monitorados para a avaliação da gestão ambiental dos municípios catarinenses na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. Conclui que, o uso de

indicadores no monitoramento e avaliação da gestão, a deixa mais segura, e que seis indicadores específicos ligados as áreas de atuação da administração pública municipal podem ser agrupados e formar o Indicador Geral Socioambiental da Administração Pública Municipal: Indicador da estrutura ambiental municipal (IEAM), Indicador do patrimônio ambiental e da infraestrutura municipal (IPAAM), Indicador dos resíduos sólidos urbanos, de saúde e outros (IRSU), Indicador do esgotamento sanitário (IES), indicador do uso e abastecimento de água (IAA), indicador da educação ambiental (IEDA).

Quadro 3

Indicador Geral Socioambiental da Administração Pública Municipal

Indicador	Descritivo
Indicador da estrutura ambiental municipal (IEAM)	Órgãos ambientais da estrutura municipal existente, ligados diretamente à atuação no meio ambiente, tais como Secretarias, Conselhos, Fundações, Diretorias, Departamentos, Comissões, Coordenadorias, Assessorias e Fundos Ambientais
Indicador do patrimônio ambiental e da infraestrutura municipal (IPAAM)	Dados do Patrimônio Natural, a ser associado ao turismo ecológico; os dados do Passivo Ambiental existente no município a ser associado aos programas de recuperação; além dos dados da frota de veículos e da infraestrutura rodoviária, que precisam ser associados às medidas de redução do consumo de combustíveis; da população e das condições de saúde a ser associada as ações preventivas como saneamento básico; dos domicílios residenciais, comerciais, industriais e agropecuários, cujas ações levam aos cuidados com o uso dos defensivos agrícolas, entre outros.
Indicador dos resíduos sólidos urbanos, de saúde e outros (IRSU)	O Indicador dos Resíduos Sólidos Urbanos, de saúde e de outros elementos, pode permitir uma contabilização de custos dos serviços de forma transparente, servindo até para balizamento do valor dos serviços médios para a coleta, tratamento e destinação final dos resíduos, por exemplo. O aprimoramento vai requerer ações de estímulo a coleta seletiva, ao incremento da reutilização e reciclagem de forma a ampliar a vida útil dos aterros sanitários. Também pode haver a geração de adubo pela compostagem do lixo orgânico. Enfim a própria melhora da renda dos catadores de forma a promover a melhora na qualidade de vida das pessoas que tem aí sua fonte de renda.
Indicador do esgotamento sanitário (IES)	A universalização do acesso; a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; a transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; controle social; integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

<p>indicador do uso e abastecimento de água (IAA)</p>	<p>É um campo que requer análise da qualidade da água e mesmo de investimentos, quanto a destinação de recursos orçamentários para o aprimoramento do abastecimento de água pela Administração pública. Neste sentido, se for considerada a agricultura de irrigação este aspecto fica ainda mais crítico, já que não há dados para qualquer avaliação. Como a água é um bem escasso, especialmente nos períodos de estiagem, de imediato se vislumbra a importância do indicador proposto.</p>
<p>indicador da educação ambiental (IEDA)</p>	<p>O Indicador da Educação Ambiental tem sua importância assegurada para aplicação imediata, no desenvolvimento de sistema ambiental, de forma a garantir os pressupostos até para a mudança de hábitos, em relação aos níveis de consumo. Este indicador ficará mais denso na medida em que também levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios. Já que o IDH-M, é obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda)</p>

Fonte: Adaptado de Buratto (2012).

Duas dissertações foram construídas nas áreas de engenharia: *A participação da sociedade na tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa e Cenários como ferramenta na gestão ambiental municipal: um estudo de caso em Brotas-SP.*

Trabalho acadêmico D032013

Na primeira, Dante José Peixoto (2013) definiu como objetivo investigar as diferentes práticas que têm envolvido a atuação da sociedade no processo decisório, a partir do estudo dos diferentes canais de participação que se apresentam para a gestão ambiental municipal em São Carlos-SP - o Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos (COMDEM-SC) e o Ministério Público Estadual (MP). Conclui que a participação da sociedade nos órgãos estudados tem sido realizada nos mais diversos níveis e que os aspectos legais condicionam como limitante à participação social e que falta regulamentação para a maior participação social nos órgãos.

Interessante observar a construção dos argumentos que defendem a importância da participação social na gestão ambiental municipal. Inicialmente, o autor resgata a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992) ao mencionar “a melhor maneira de tratar as questões ambientais é garantir a participação” – Princípio 10. Em seguida, esse argumento é reforçado pela Convenção de Aarhus United Nations Economic Commission for Europe (1998) que estabelece a participação como um pilar das políticas ambientais.

Trabalho acadêmico D042013

Na segunda dissertação, Ana Paula Regra (2013) buscou analisar as contribuições da ferramenta de cenários para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, a partir de um estudo de caso do município de Brotas-SP e conclui que, apesar dos esforços empreendidos pelo governo federal e estadual para a descentralização da gestão ambiental para os municípios buscando fortalecer o Sisnama, a literatura mostra que, ainda são muitas as fragilidades, englobando questões estruturais como escassez de recursos humanos e financeiros e descontinuidade da gestão. O estudo mostrou que a ferramenta de cenários além de trazer subsídios para o planejamento em médio e longo prazo, também incentiva diversas ações com participação dos atores, um maior diálogo dos gestores com a sociedade, sendo espaço de discussão importante para conhecimento da realidade sobre determinados assuntos e decisão coletiva.

A proposta do uso da ferramenta de cenários é uma solução corretiva devido ao baixo nível de envolvimento da sociedade com a gestão pública no caso estudado. Porém, ela por si só, não soluciona a questão, havendo a necessidade de outras ações compartilhadas para motivar os munícipes nesse processo. O trabalho ainda justifica o desinteresse social devido às fragilidades e tensões do momento político até então.

Santos (2002), Godet *et al.* (2000), Glenn (1994) e Buarque (2008) defendem a importância de utilizar a técnica/ferramenta de cenários para fazer planejamentos em um ambiente caracterizado por incertezas, seria um conjunto de futuros razoavelmente plausíveis de ocorrer, mas estruturalmente diferentes. Para esse ponto final (os futuros possíveis), são traçadas rotas e enfrentamento de obstáculos possíveis.

Regra (2013) explica que, no caso brasileiro, as primeiras referências acadêmicas sobre essa técnica/ferramenta surgem nos anos 1970, com ascensão nos anos 1980. Isso possibilitou que o governo brasileiro tivesse grande experiência, em especial, no segmento de geração de energia.

Seis produções estão vinculadas a áreas como Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local: uma tese e cinco dissertações.

Trabalho acadêmico T012016

Na tese *A Descentralização e a gestão ambiental municipal no Estado do Pará, Brasil*, Benedito Silva (2019) buscou analisar a gestão ambiental municipal no estado do Pará a partir

da análise das políticas de descentralização e do desempenho municipal na gestão ambiental e chegou a conclusão que os municípios ainda se encontram em um estágio de adesão formal à descentralização da gestão ambiental, mas ainda longe da eficácia, dado o resultado de seu desempenho. As políticas de descentralização ambiental são importantes e indispensáveis para acompanhar, ordenar e assegurar o desenvolvimento sustentável na Amazônia, uma vez que no seu componente ambiental buscam a redução do desmatamento, enquanto reforçam uma economia de base sustentável, quando acompanhadas de padrões de verificação de sua eficácia que melhor representem a realidade local. As políticas de descentralização tiveram seus avanços institucionais e suas maiores implementações motivadas pela necessidade de reduzir o desmatamento. O iGAM foi uma ferramenta que contribuiu para avaliar o desempenho da gestão dos municípios paraenses e mostrou que as variáveis associadas ao uso da terra (ex. pecuária, degradação, lavoura e desmatamento) explicaram mais de 70% da 147 variância total, constituindo-se, portanto, em elementos chaves na gestão ambiental municipal nos dois períodos analisados, 2009 e 2015.

Em complementação aos demais estudos aqui contemplados, essa tese traz a descentralização na gestão ambiental praticamente como sinônimo de participação social nas hierarquias inferiores do poder central. Um dos autores citados, Rondinelli (1981), expõe a descentralização como delegação de poder (empowerment) numa estrutura hierárquica político, administrativa e territorial. Para o estudo em pauta, isso pode ser verificado com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA e a constituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Para o pesquisador, a PNMA pode ser considerada um expressivo avanço na aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável na esfera legal no Brasil. Por outro lado, o SISNAMA contribuiu com a descentralização da gestão ambiental, com a atuação de entes federativos e fundações públicas.

Trabalho acadêmico D082019

Com a dissertação *Monitoramento da gestão ambiental municipal nas capitais do nordeste brasileiro*, Carina Santos (2019) buscou analisar a gestão ambiental municipal e propor uma metodologia de monitoramento que apontasse os avanços e fragilidades das ações ambientais nas capitais do Nordeste Brasileiro. A autora conclui que a evolução das políticas públicas ambientais contribuiu para a gestão ambiental municipal, ao atender a demandas, sendo possível entender o processo de planejamento, controle e fiscalização das ações ambientais.

Detectou-se um arranjo consolidado para gestão ambiental, destacando o avanço na gestão e uma fragilidade quanto aos recursos humanos. Os estudos acadêmicos e análises da série histórica permitem monitorar a gestão ambiental municipal.

O capítulo 2 intitulado “Publicações acadêmicas relacionadas à análise da gestão ambiental municipal: contribuições práticas” merece destaque no referido trabalho por apresentar uma análise bibliométrica dos estudos acadêmicos relacionados à gestão ambiental municipal, tendo como base o quantitativo de teses e dissertações sobre o referido tema. A pesquisa foi feita no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertação (BDTD), adotando um intervalo de 14 anos. Os resultados revelam que os principais temas contemplados ao se discutir gestão ambiental municipal são: “fatores condicionantes de gestão, sistema integrado; políticas públicas; índices e indicadores; participação social, ICMS Ecológico e programas ambientais. Os temas são de suma importância para o estudo indicado, pois sinaliza como melhor gerir as questões ambientais sob diferentes enfoques” (Santos, 2019, p. 72).

Especificamente no que se refere à participação social, há evidências de sua importância com o envolvimento de diversos atores no direcionamento da gestão ambiental, com a implementação de sistemas integrados de gestão, transparência nos resultados com aferição contínua por meio de indicadores e perenidade das ações independente das mudanças de governo.

Trabalho acadêmico D072017

Em *Gestão ambiental urbana no poder público municipal de Aracaju: desafios e estratégias*, Edson Silva (2017) analisa os desafios e estratégias da gestão ambiental na administração municipal de Aracaju no período 2008 a 2016. Como considerações, percebe que com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente houve um representativo aumento no atendimento das demandas ambientais. Verificou-se a importância do licenciamento ambiental, da fiscalização e da educação ambiental para a promoção da qualidade ambiental.

Diferentemente de outros trabalhos apresentados nesse estudo, esse tangencia a participação social na gestão pública ambiental do município de Aracaju de forma pouco expressiva. Como evidência, pode-se identificar que, entre 30 desafios apresentados para a gestão municipal no período de 2008 a 2016, apenas um contempla diretamente a participação dos munícipes por meio da criação de um espaço de debater com todos os setores da sociedade para avaliar e atender as demandas de arborização da cidade de Aracaju. Para tal, foi adotada a

estratégia de criação do Comitê Consultivo de Arborização e do Guia de Arborização Urbana de Aracaju. Com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a presença da sociedade nas políticas públicas apareceu como beneficiária, mas não como protagonista desde a sua concepção, a exemplo de ações de educação ambiental, tratamento de resíduos sólidos, reflorestamento em áreas urbanas entre outros.

Trabalho acadêmico D022012

Na dissertação *Política de desenvolvimento municipal: análise dos instrumentos de planejamento urbano, na gestão do município de Belterra – Pará*, Semírames Silva (2012) traz como problema da pesquisa: como está sendo implementada a Política de Desenvolvimento de Belterra – PA, delineada no Plano Diretor Municipal, diante da capacidade institucional (gerencial) atual do município. Conclui que existe uma nítida correlação entre a Capacidade Institucional de um dado Município, Descentralização das Políticas Públicas (em especial as urbanas) e uma apropriada gestão ambiental urbana, ou seja, perpassa pelo entendimento da relação existente entre o Estado e a Sociedade, bem como, dos estudos e análises de tais políticas por estes elaboradas e implementadas.

Interessante observar que esse estudo adota o conceito de Capacidade Institucional Municipal (CIM) capaz de sistematizar resultados para que possa servir de análise longitudinal e comparativa. Para Silva (2009), esse conceito deve ser observado sob três dimensões: gerencial, financeira e de participação social. A primeira se refere à capacidade do poder municipal, de administração e gestão da política urbana. A dimensão financeira foca na capacidade de gestão dos recursos municipais. Já a de participação social tem a ver com a capacidade dos cidadãos participarem em ações de elaboração, fiscalização e controle da política, ou seja, de gestão das políticas de desenvolvimento urbano, por meio, principalmente, dos conselhos locais da cidade. Para o presente estudo, a dimensão financeira não foi contemplada.

Ao aprofundar a dimensão da participação social, a autora da dissertação explica que contar com a adesão da sociedade nas etapas de elaboração e implementação de políticas públicas urbanas pode fazer uma grande diferença para a obtenção de resultados positivos. É na elaboração que a “capacidade participativa será identificada através da verificação do envolvimento dos atores municipais no processo, quadro técnico municipal especializado disponível, rotatividade de técnicos nas capacitações para o planejamento e participação da sociedade, em geral, no processo de planejamento” (p. 35). Em consequente, na Implementação

da política urbana, verifica-se a presença de conselhos instalados, sua avaliação em relação à sua composição, à formação técnica, às atividades, à periodicidade de reuniões.

Trabalho acadêmico D052013

Na pesquisa *Efetividade da política ambiental municipal: realidades no município do Cabo de Santo Agostinho/PE*, Gustavo Amorim (2013) visa identificar quais os aspectos dos impactos ambientais estão sendo percebidos e enfrentados através de políticas ambientais municipais na unidade de observação Cabo de Santo Agostinho. Como considerações a destinação de recursos do Orçamento para políticas ambientais no município é contingenciada devido à desarticulação entre os planejamentos ambiental e financeiro, o que impossibilita a contínua e progressiva melhoria da qualidade de vida de da população de longo prazo, optando-se por ações imediatistas. Na pesquisa não se observou que a proximidade dos cidadãos com o poder local facilitasse a fiscalização dos objetivos programáticos, pois os próprios conselheiros municipais de Defesa do Meio Ambiente não se consideram capazes de acompanhar a execução dos programas e que, nem mesmo os próprios vereadores municipais conseguem ter um controle sobre o PPA ou sobre a suplementação do orçamento anual.

O autor, no tópico 3.2 de sua dissertação intitulada “Gestão Pública Ambiental” traz uma interessante relação com o Estado e o capitalismo. Inicialmente, ele faz uma explanação – também presente em outros trabalhos – sobre a descentralização da gestão ambiental, a partir dos anos 1970, para as agências estaduais e municipais de meio ambiente. Em seguida, o autor faz uma discussão sobre a apropriação do sistema capitalista ao segmento de meio ambiente camuflando suas estratégias.

Na busca de expandir o mercado através do oferecimento de novos produtos, o sistema capitalista criou os chamados “produtos verdes”, entre eles a “Gestão Ambiental”, que tenta aplicar a racionalidade técnica no controle total sobre o ambiente com o objetivo de torná-lo hígido e determinável. A certificação das empresas através de normatizações institucionais, tais como a ISO 14000, é um aspecto saliente da comodificação dos bens com apelo ambiental (Amorim, 2013, p. 39).

Mais adiante no mesmo tópico, o autor expõe que o discurso do Estado não coaduna com a prática. Enquanto há uma busca retórica pelo meio ambiente equilibrado, o que ocorre geralmente é a prevalência de interesses classistas sobre a coletividade, ou seja, “a preponderância do setor econômico sobre a qualidade ambiental da população fixada no

território” (p. 40). Por fim, o autor complementa:

O espaço para a ação do Estado na consecução da qualidade de vida da população é limitado pela percepção de ganho econômico dos agentes privados do desenvolvimento. Por isso, reveste-se de importância central a análise da ação efetiva do Estado na política ambiental, pois se cabe a todos o dever de preservar o meio ambiente, resta ainda mais acentuada a tarefa da Administração Pública de cumprir e fazer cumprirem as determinações legais (p. 40).

Um diferencial desse trabalho foi a inclusão da análise de jornais, plantas, mapas e fotografias sobre o município, enriquecendo o estudo.

Trabalho acadêmico D062013

No estudo *Gestão pública de municípios de pequeno porte: das políticas setoriais à ecogestão municipal*, Enio Cesar Pimenta (2013) visa propor um novo arranjo administrativo, mais eficiente para o disciplinamento da expansão urbana em bases socioambientalmente equilibradas, e factíveis dentro dos estreitos limites estabelecidos pelas conjunturas fáticas e o engessamento imposto pelos balizamentos normativos vigentes. Conclui o autor que as intervenções do Poder Público na realidade de crescimento das cidades brasileiras foram – e, por tradição, continuam sendo – pontuais e meramente reativas, historicamente muito atrasadas e, em muitos aspectos, absolutamente equivocadas – mais contribuindo para o agravamento dos efeitos deletérios da desordem originária do que para a prevenção de seus efeitos, para sua contenção ou sua correção. Destaca o imprevisto como característica marcante da gestão pública, que tem por consequências o estabelecimento de uma relação conflituosa entre a cidade e o ambiente natural, quanto a criação de um meio ambiente urbano agressivo, desprovido de suficientes e eficientes equipamentos urbanos e comunitários mínimos a garantir a mínima qualidade de vida dessas populações.

Merece destaque as deficiências encontradas pelo autor sobre a gestão pública municipal. Há uma explanação de que a primeira tentativa efetiva de descentralizar a gestão ambiental para o âmbito dos municípios foi durante o Regime Militar no governo de Costa e Silva pelo Ministério do Interior. Porém, para Diniz e Crocco (2006), essa ação foi exclusivamente *top-down* em que os municípios (em especial os grandes e médios) tinham que se adaptar aos interesses do poder central, caracterizando por uma gestão imediatista, assistemática e limitada (Matus, 1993).

Conclusões

A descentralização da gestão municipal com o compartilhamento de responsabilidades antes do Estado e da União, após a CF/1988, trouxe inúmeros desafios para a viabilização de áreas fundamentais, como a ambiental, que reúnem uma complexidade de desafios e está relacionado a sustentabilidade do local e do planeta.

Partindo do BDTD, com a identificação de dissertações e teses que abordaram a gestão ambiental municipal, prioritariamente em municípios de pequeno e médio porte, foi possível dimensionar os desafios da gestão em vários aspectos.

Um primeiro aspecto diz respeito a necessidade do aperfeiçoamento do planejamento a longo prazo. A partir dos estudos, verifica-se forte presença do imediatismo e do amadorismo na gestão, o que compromete o alcance dos objetivos institucionais e a qualidade dos serviços prestados. Muito desse amadorismo pode estar relacionado a descontinuidade dos quadros de pessoal, com poucos servidores públicos e maioria de contratados e terceirizados, o que dificulta a formação e o aperfeiçoamento contínuo do quadro de pessoal e do serviço realizado.

Verifica-se, ainda, a importância da participação e transparência no processo de gestão e de tomada de decisões. O compartilhamento de responsabilidades, reduz os riscos das decisões tomadas e mobiliza os envolvidos em prol de algo decidido coletivamente, gerando comprometimento, elemento essencial na viabilização das ações. O aprendizado do serviço público, com experiências registradas e analisados os acertos e desafios é essencial para uma decisão mais fundamentada e acertiva.

Alguns estudos apontam os riscos de uma descentralização sem as condições objetivas necessárias, porque decisões podem ser tomadas sem a fundamentação necessária, avaliação dos riscos e vantagens, e principalmente, sem a percepção dos principais interessados. Diante de um cenário de bastante pressão do mercado, do setor produtivo, é fundamental além de uma boa equipe preparada para avaliar as demandas ambientais, compreender riscos e vantagens de quaisquer decisões a serem tomadas, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente.

Pesquisas destacam a importância do uso de indicadores no monitoramento das ações e dos resultados efetivos da gestão de políticas, chegando a propor um conjunto de indicadores de gestão, como forma de subsidiar a tomada de decisões e facilitar o acompanhamento. O aperfeiçoamento da gestão só existe com continuidade e constância de propósito e o uso de indicadores pode ser uma ferramenta essencial para a gestão.

Algumas sugestões de estudos futuros foram dadas pelos autores como estudos que possam incorporar testes com outras variáveis à medida que atributos como a validade, comparabilidade, simplicidade, frequência, entre outros, estejam disponíveis (Silva, 2019); a criação de uma agenda positiva, onde os temas abordados no estudo sejam um direcionamento para melhor solução para a gestão ambiental municipal (política, planejamento e gerenciamento ambiental local, envolvendo a participação social, por meio da flexibilização da comunicação e monitoramento das ações) (2019); estudos sobre participação social, Conselho Municipal do Meio Ambiente e captação de recursos (Silva, 2017).

Enfim, considerando os desafios da área, ainda são observadas muitas fragilidades e limitações. Passados 35 anos da CF/1988, o processo de descentralização continua a ser implantado com muitas limitações, principalmente com poucas equipes qualificadas, preparadas e suficientes para atender a demanda, insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos para subsidiar as ações necessárias a curto, médio e longo prazos e fortalecimento da participação e do processo democrático e transparente, de forma que melhore a gestão dos escassos recursos destinados a área ambiental.

Referências

- Amorim, G. R. da S. (2013). *Efetividade da política ambiental municipal: realidades no município do Cabo de Santo Agostinho/PE*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
- Buarque, S. C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Buratto, A. L. (2009). *Indicadores de desempenho socioambiental: escutando a administração pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar*. Florianópolis, SC.
- Costa, D. C. C. da. (2012). *Os gestores e as políticas públicas ambientais na capacitação para a promoção da sustentabilidade municipal: o caso de Fortaleza-CE*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza-CE.
- Diniz, C. C., & Crocco, M. (2006). Bases teóricas e instrumentais da econômica regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil, uma breve reflexão. In: Clélio Campolina Diniz, & Marco Crocco (Orgs.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Diniz, Eli. (1996). Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos

90. *Revista da Fundação Sead*, 10, (4).

Corrêa, Sandra Rafaela Magalhães. (2010). Patrimônio e planejamento: o Plano de

Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) no Planejamento Governamental Brasileiro

e o Desenvolvimento Urbano e Regional (1973-1979). *Revista Seminário de História*

da Cidade e do Urbanismo. v. 11, n. 2. <http://www.anpur.org.br/revista/>

[rbeur/index.php/shcu/article/view/1327/1301](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1327/1301).

Draibe, Sonia M. (1992). O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Revista de*

Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs.

Ferreira, P. B. (1995). O modelo federativo brasileiro: evolução, o marco da constituição de

1988 e perspectivas. *Caderno Debates*, (6), 7-19.

Godet, M. (2000). A caixa de ferramentas da prospectiva estratégica: problemas e métodos.

Cadernos do Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia, Lisboa.

Kliksberg, B. (2000). ¿Cómo reformar el Estado para enfrentar los desafíos sociales del 2000?

https://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/economia/16/pdf/reformar_estado.pdf.

Llorens, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para*

a construção de uma nova agenda política (232 p.). Rio de Janeiro: BNDES.

Matusromo, Carlos Tulio (1993). *Política, planejamento e governo*. Brasília, DF: Editora IPEA.

Milani, Carlos R. S. (2008, jun). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*. 42 (3).

ONU (1992). *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

<https://brasil.un.org/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>.

Paiva, Paulo Roberto de. (2016). *Estudo exploratório sobre gestão ambiental municipal e a influência dos prefeitos no desempenho dos municípios no Programa Município Verde Azul, observados sob a ótica dos interlocutores e da teoria do agenciamento*. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/T.96.2016.tde-01112016-110552.

Peixoto, Dante José de Oliveira e. (2013). *A participação da sociedade na tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. doi:10.11606/D.18.2013.tde-03012014-110726.

Philippi Junior, Arlindo, & Malheiros, Tadeu Fabrício. (2012). *Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental*. Barueri: Manole.

Pimenta, Enio Cesar Gonçalves. (2013). *Gestão pública de municípios de pequeno porte*

[manuscrito]: das políticas setoriais à ecogestão municipal. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental.

Regra, Ana Paula Maria. (2013). *Cenários como ferramenta na gestão ambiental municipal:*

um estudo de caso em Brotas-SP. São Carlos. Dissertação (Mestrado) Programa de

Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental. Universidade de São Paulo.

Rocha, Roberto (2009). A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil.

Revista Pós Ciências Sociais, 6, (11).

Rondinelli, D. (1981). Government decentralization in comparative perspective: theory and

practice in developing countries, *International Review of Administrative Science*,

v.2.p.133-145.

Santos, R. F. (2004). *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos.

Santos, Carina Angélica dos. (2019). *Monitoramento da gestão ambiental municipal nas*

capitais do Nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio

Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

Scardua, F. P., & Bursztyjn, M. A. A. (2003). Descentralização da política ambiental no Brasil.

Soc. Estado. 18, (1-2), 291-314.

Silva, Benedito Evandro Barros da. (2019). *A descentralização e a gestão ambiental municipal no estado do Pará, Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Silva, Edson Oliveira da. (2017). *Gestão ambiental urbana no poder público municipal de Aracaju: desafios e estratégias*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

Silva, Semírames da. (2012). *Política de desenvolvimento municipal: análise dos instrumentos de planejamento urbano, na gestão do município de Belterra - Pará*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém.
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9882>.

Silva, Semírames da Silva. (2009). *Capacidade institucional municipal e ação coletiva: análise comparativa dos resultados do planejamento urbano participativo 2005 a 2008 – municípios do Salgado Paraense*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação. Belém.

Souza, Tamires Campos de Macêdo de. (2021). *Indicadores ambientais aplicados à gestão municipal: uma aplicação do modelo Geo Cidades em Sumé-PB*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB.

Stroh, Paula Yone. (2002). *Ignacy Sachs: Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond.